



O FEMININO E A NEGOCIAÇÃO IDENTITÁRIA INDÍGENA EM UM CONTEXTO URBANO

Daiane Amaral dos Santos*

Introdução

Os estudos antropológicos sobre as relações interétnicas podem focalizar diferentes esferas sociais, como é o caso do presente estudo que busca tal compreensão a partir das questões econômicas, identitárias e do protagonismo de mulheres indígenas no contexto urbano. Baseado em um trabalho de campo realizado junto a um grupo kaingang em Santa Maria, destacaram-se fatores relacionados às práticas econômicas, ao fabrico e comercialização do artesanato indígena, bem como a constituição de um grupo de artesanato junto à área indígena Guarita¹, que serve de suporte para esse trânsito à cidade. Assim, este trabalho parte do recorte de tais práticas, passando por reflexões acerca de reivindicações identitárias, como são elaboradas e funcionam de pano de fundo de um processo maior e mais complexo que compreende a vida do grupo para a cidade afim de comercializar seu artesanato étnico. A necessária inserção dos indígenas kaingang no meio urbano faz com estes agentes acionem uma identidade étnica e se posicionem em uma esfera social da qual até então não faziam parte, disputando espaços e papéis e tentando da melhor forma articular caracteres de uma cultura e economia que até então pouco faziam parte de suas vidas. Essa pesquisa destaca também algumas reflexões sobre dados já coletados em campo, que mostram como o movimento de vir à cidade e encontrar “o outro” estimulam o grupo a fortalecer laços internos entre si e com a cultura indígena, pois a escolha de quais os sinais diacríticos que serão apresentados demonstra a destreza do grupo em atualizar a sua cultura e as formas de se relacionar com ela.

A análise prática que propus aqui, diz respeito ao grupo indígena com o qual realizei pesquisa de campo na cidade de Santa Maria- RS. Pertencente à etnia Kaingang, os indivíduos estudados residem em uma área indígena no noroeste do estado do Rio Grande do Sul e dirigem-se à Santa Maria em determinadas épocas do ano, em um movimento temporário e esporádico, com a finalidade de vender artesanato produzido de maneira tradicional - assim o dizem. Além de fazerem parte de um grupo que mantém contato com a população nacional quase cotidianamente e a há muitas décadas, analiso a chegada e permanência desses Kaingang na cidade, precisamente nas

* Acadêmica do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. Integrante do NECON (Núcleo de Estudos Contemporâneos). Trabalho orientado pela Prof.^a Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini

¹ A área indígena Guarita, localiza-se no noroeste do Rio Grande do Sul e é a área na qual residem os kaingang que vem à Santa Maria.



relações sociais que estabelecem com a população nacional no momento de uma interação que gera a venda desses objetos por ele produzidos.

As negociações no urbano e o surgimento de uma nova atuação

O primeiro momento de investigação mostrou-me claramente a intenção que trazia o grupo até o centro santamariense: vender artesanato². A etnografia e as conversas com os cerca de 70 adultos (na maioria mulheres) que constituem esse grupo em trânsito (da reserva até a cidade) revelou que o fato de virem vender esses objetos de “arte étnica”, exigia a constituição de uma complexa rede de relações e de uma difícil internalização de categorias econômicas, mercantis e capitalistas, senão estranhas a essas pessoas, ao menos pouco familiares até o momento em que decidiam fabricar e vender.

Assim, a centralidade das questões relacionadas ao fazer econômico e as elaborações de objetos de artesanato que passam de bens de uso do grupo para bens de consumo da sociedade nacional delinearão o objeto a ser desenvolvido. Aqui, abro um espaço, para apresentar importantes dados de campo, que delineiam essa pesquisa e deixam claro o que chamo aqui de economia. A busca pelas vendas na cidade serve para a maioria das pessoas do grupo, como uma oportunidade de complemento de renda. Sendo a grande maioria de mulheres, elas dizem não ter nenhum tipo de trabalho durante o ano, ou seja, não auxiliam nas despesas da casa, que fica por conta do marido ou dos pais, caso esta seja jovem. A ocupação diária está sempre ligada às tarefas domésticas, sendo que algumas ainda ajudam na “roça” ou “plantação”, como se referem ao plantio que dá subsistência e algum pouco excedente que é vendido.

Informações complementares a essas foram reveladas por ocasião da etnografia realizada na Pedra Lisa³. As conversas ocorridas nas rodas de chimarrão, no pátio ou nas casas dessas mulheres e famílias, proporcionaram o reavivamento de memórias como o difícil trabalho na lavoura, que algumas mulheres realizavam, o afastamento dos filhos em decorrência das prolongadas jornadas no campo, ou os trabalhos que faziam “para fora” (fora da área indígena), como lavar e passar roupas. Após diversos relatos, todas foram enfáticas em dizer que largaram essas ocupações quando passaram ao fabrico e comercialização do artesanato. Ter algum dinheiro para bens de seu consumo

² Faço a opção de chamar de Artesanato o material de arte de origem étnica, fabricado e posteriormente comercializado aos moldes dessa sociedade Kaingang em questão. O termo artesanato na minha faz sentido ser usado já que é acionado pelo próprio grupo que se organiza em associações chamadas “Grupo de Artesanato”, criados justamente para planejamento, aprendizado e confecção de tais objetos.

³ Sendo a área indígena da Guarita, uma área de grande extensão, ocorreu a necessidade de dividi-la em setores, com nomes distintos e lideranças locais. As indígenas Kaingang interlocutoras dessa pesquisa são moradoras do Setor Pedra Lisa.



e algum excedente para auxiliar nas despesas dos filhos e da casa, satisfaz as necessidades dessas mulheres, possibilitando que os “trabalhos pesados” (talvez, não mais do que o artesanato) fossem deixados de lado. Quando por mim questionadas se as raras idas a Santa Maria compensavam abandonar uma remuneração contínua, a resposta também foi unânime e acompanhada de sorrisos e risos de satisfação.

Entretanto, essas mulheres só ocupam-se das atividades ligadas ao artesanato no período anterior às viagens para cidade, que se dão na Páscoa, no mês de Julho e no Natal. Nestes momentos é que acontecem mais intensamente as reuniões dos grupos de artesanato aos quais quase todas estão ligadas. O grupo do qual as mulheres que vêm a Santa Maria fazem parte é o Pãry⁴. Os relatos de campo mostram também a importância de pertencer a esse grupo, para a sociabilidade e transmissão de caracteres culturais. Digo isto porque me foi relatado por algumas mulheres, que elas não sabiam fazer o artesanato até surgir à idéia dos grupos, que tem por objetivo explícito dar apoio e preparo para as vendas na cidade. O que se vê é que por trás desse objetivo declarado há muitos outros que são alcançados, onde sem dúvida a constituição e reconhecimento de uma cultura material kaingang é o mais importante.

Outro ponto importante a ser analisado sobre o sistema interétnico é a formação daquilo que Barth (2000) chamou de “fronteiras étnicas”. Este seria o ponto de encontro e interação das sociedades, justamente assinalado pelos sinais adscritivos e, segundo ele, tais fronteiras definem o grupo e não o conteúdo cultural delimitado de cada lado. Funciona como uma fronteira social, que só existe quando há o contato.

Em primeiro lugar, torna-se claro que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação, através dos quais, apesar de mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas. Em segundo lugar a relações sociais estáveis persistentes e freqüentemente vitais que não apenas atravessam essas fronteiras como também, muitas vezes, baseiam-se precisamente na existência de status étnicos dicotomizados (Barth, 2000, p.26).

Barth aponta para a necessidade de uma estrutura que opere no sentido da manutenção de tais fronteiras, ou seja, a existência de prescrições que regulem as situações de interação e proscritões que ajam de modo a evitar interações interétnicas que poderiam ocasionar redução das diferenças. Deseja assim, “uma estrutura de interação que permita a persistência de diferenças culturais” (ibidem, p.35) e logo, dos grupos étnicos.

⁴ O nome Pãry é referência a uma tradicional “rede” de pesca kaingang, feita de tramado de madeira fina (ou casca de madeira).



A manutenção de fronteiras étnicas implica também existência de situações de contato social entre pessoas de diferentes culturas: os grupos étnicos só se mantêm como unidades significativas se acarretam diferenças marcantes no comportamento, ou seja, diferenças culturais persistentes. (p. 34-5)

Falar em manutenção de diferenças étnicas, não significa dizer que não haja troca entre as partes, pois o processo de sociabilidade implica justamente nisso. O que ocorre é uma conjunção de elementos partindo do compartilhamento de símbolos que, provenientes de um dos grupos, toma lugar ou ganha significado na cultura do outro, sem destruir, porém, a identidade, mas transformando-a.

Isso remete a outra situação observada em Santa Maria, quando elementos não tradicionais são utilizados na confecção do artesanato, como é o caso dos corantes artificiais ou das miçangas de plástico nos colares. Quando questionados sobre a legitimidade do uso de tais elementos, devido à procedência “branca”, sem constrangimento algum os indígenas falam que são materiais comprados, geralmente argumentando a atual dificuldade de encontrar tais recursos naturais nas áreas atualmente reduzidas ou devastadas. O que interessa aqui é que um material “não étnico” tem uma utilização “étnica”, já que objeto é feito pelo índio, da maneira como ele aprendeu dentro da sua cultura e toda essa experiência do fabrico até a aquisição pelo comprador na cidade é intermediado por alguém inserido e sujeitado a uma situação de contato interétnico, que foi justamente a situação que proporcionou a chegada desse artesanato no seio da sociedade nacional urbana.

No que diz respeito às fronteiras que se criam entre grupos minoritários e sociedade nacional Barth (2000) argumenta que a interação entre ambos os grupos não faz sumir uma delas, mas sim reafirma a dicotomização entre quem é e que não é membro do grupo. A interação pode sim reduzir as diferenças entre os grupos de contato, mas sempre estará marcada a presença de distintos grupos nas chamadas fronteiras étnicas.

Por certo, um agir coletivo, ou seja, o exercício de uma agência por parte do grupo busca o fim de opressões e carências, bem como a liberdade de manifestar-se de forma distinta ao meio circundante, sem sofrer sanções, discriminações ou perdas (materiais, políticas, culturais, ...). O ponto chave sobre o qual se faz a atual reflexão é de que justamente as mulheres do grupo são as responsáveis pela garantia e manutenção desse novo espaço a ser ocupado e de adequar-se a determinadas regras sociais, sem as quais a interação no mundo do “branco” não poderia ocorrer com sucesso. O papel que desempenham na área indígena é distinto daquele desempenhado na cidade. Enquanto a vida cotidiana na Pedra Lisa, é de mantenedoras do lar e das atividades diárias ligadas aos filhos e a casa, na cidade, essas mulheres desenvolvem o que Ortner (2007) venho a



denominar de projetos de poder, no sentido de inverter uma invisibilidade que a cidade praticamente impõe aos índios. Assim, desenvolvem estratégias que subvertam a situação de imposições da sociedade nacional urbana, como é o caso das freqüentes tentativas da administração da cidade em removê-los do local onde habitualmente comercializam, demonstrando claramente tentativas de intimidação, inclusive, pelo recorte de gênero, pois, invariavelmente são fiscais da prefeitura impondo seu “papel do masculino” e seu status social de mando sobre as mulheres índias que ali estão. Lançando mão de táticas que até então não eram praticadas ou não lhes cabiam, as kaingang, rebatem as intimidações, na medida do possível e articulam redes e contatos com estudantes de universidades da cidade, lideranças políticas favoráveis à causa, sempre colocando em evidência os caracteres étnicos da cultura Kaingang. Um protagonismo, inclusive político, se forma se maneira quase “temporária”, já que o regresso à área indígena, faz com que as mulheres deixem novamente de lado essa atuação, para preocuparem-se com os compromissos relevantes na vida da família e do coletivo indígena. Nota-se, entretanto que a “atuação” é temporária, mas o aprendizado e instrumentalização fazem-se permanentes, na medida em que as viagens à Santa Maria já não são situações novas, para as quais encontram-se despreparadas por completo.

Podemos localizar a atuação kaingang, justamente em uma fronteira social, onde se criam alternativas de atuação, pois é preciso firmar um espaço de agente social que antes não existia. Nessa fronteira, elementos e códigos culturais se encontram e ganham sentidos atualizados, que possam ser interpretados por ambas as sociedades, num constante movimento nas duas direções, colocando a cultura indígena, antes inexistente ou invisibilizada dentro do fluxo cultural local.

Para Hannerz (1997) falar em fluxo, é falar de culturas em processo. Nesses espaços de fronteira (cultural) se estabelecem redes de atores, conformando, refletindo e transmitindo cultura. Quando falo dos Kaingang que se dirigem a Santa Maria, comumente é acionado um discurso de coletividade, totalidade, como se os fenômenos sociais nos quais eles estão envolvidos, tivessem reflexos iguais a todos eles. Porém, agrego aqui a posição de Hannerz, quando nos lembra que a vivência dentro dessa situação de contato, é uma experiência particular, ou seja, cada pessoa vive o fluxo, a cultura, a interação, o contato de uma forma diferenciada dos demais, visto que há sempre uma subjetividade inerente ao ser.

A etnografia realizada para esta pesquisa, mapeou a preocupação, principalmente das mulheres que vêm a cidade, de fortalecer laços no contexto de um grupo de artesanato, já existente, o Pärý. As falas ouvidas no trabalho de campo em Santa Maria a respeito do grupo de artesanato, indicavam a existência de um grupo formalmente constituído, do qual faziam parte famílias (sendo



a atuação de fato, papel essencialmente das mulheres). Os questionamentos colocados nesse momento eram no sentido de descobrir como e por que o grupo foi fundado, a busca por documentos que comprovassem a existência formal do grupo, bem como a ligação dos associados a este. A busca era por compreender como se articulava e organizava aquele que era o grande instrumentalizador da vinda dos Kaingang à cidade para vender.

Muito já se falou da negociação de uma identidade, como recurso válido para buscar benefícios, aceitação ou respeito, mas precisamos voltar a enfatizar que isso se dá no contato entre indivíduos postos em uma esfera social que, no caso em análise, é a rua, o urbano, onde o índio entrou e tomou lugar na rede de sociabilidade já existente.

Justamente para alcançar tal intento é que os indígenas lançam mão de formas de ocupação do espaço urbano, subversão a uma ordem do público e do privado, sem subverter, no entanto, a legalidade social, a qual é usada como meio para busca de subterfúgios, fazendo uma analogia ao que De Certeau (1994) chamou de artes de fazer. Compreendo que, ao seu modo, estes indivíduos estão lutando pela sua sobrevivência específica, articulando-se e negociando lugares, simbólica e territorialmente.

Podemos interpretar o local de realização desta pesquisa – o Calçadão de Santa Maria, mais especificamente o reduto de comerciantes informais que se instalam sobre o viaduto Evandro Behr – como um campo, nos termos que expõe Bourdieu (1983). Segundo o autor, um campo pode ser definido como o local de ocorrência de jogos sociais, manifestados mediante as relações objetivas de interação entre os agentes sociais que circulam nesse meio e que têm o papel de agir de maneira previamente estabelecida e autorizada, de acordo com o lugar que ocupam nessa hierarquia de posições. Com isso, situamos nesta pesquisa, o grupo de indígenas, os demais comerciantes informais, os transeuntes, os policiais locais, como agentes de um mesmo campo, disputando um “poder social”, conferido pelo desempenho adequado do papel que lhe é atribuído e esperado.

Como acima descrito, podemos ver a rua como um campo, da maneira como teoriza Bourdieu (1983, p.19):

Bourdieu denomina o campo, esse espaço onde as posições dos agentes se encontram a priori fixadas. O campo se define como o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre atores em torno de interesses específicos que caracterizam a área em questão.

Com isso, compreende-se o campo como um local em que há disputas de poder por meio das relações de interação, sendo estas socialmente estruturadas, ou seja, o campo e os papéis são anteriores aos indivíduos que nele agirão. A complexidade da questão está em pensar quem são os atores e quais são os interesses em jogo.



Cada um desses agentes está inserido em uma sociedade de classes, possui seu estilo de vida, seus gostos e sua visão de mundo, fatores que são somados e dão a caracterização do local. Bourdieu (1983) afirma que o jogo de forças que existe no interior do campo visa à defesa das posições desempenhadas, para que se mantenha o poder atribuído a cada um. É importante ressaltar o fato de que há uma distribuição desigual de poder no campo, o que determina a existência de dominantes e dominados.

A divisão do campo social em dominantes e dominados implica uma distinção entre ortodoxia e heterodoxia (...). Ao pólo dominante correspondem às práticas de uma ortodoxia que pretende conservar intacto o capital social acumulado; ao pólo dominado, as práticas heterodoxas que tendem a desacreditar os detentores reais do poder legítimo (Bourdieu, *ibidem*, p. 22).

E ainda,

Os que se encontram no pólo dominado procuram manifestar seu inconformismo através de estratégias de “subversão”, o que implica um confronto permanente com a ortodoxia (*ibidem*, p.23).

Desse modo, as referidas “estratégias de subversão” correspondem ao jogo social. Eles o fazem sem contestar as leis ou a estrutura do campo, mas buscando aumentar seu potencial de atuação. A subversão de que falamos remete a um conceito mais exato trazido por De Certeau (1994, p.50), a antidisciplina, mostrando que os indivíduos não estão passivamente entregues à disciplina, mas sim que eles vêem as imposições como “estimuladoras da invenção”, defendendo a idéia das “artes de fazer”, criando táticas. Admite-se a antidisciplina dos índios existe, mas, no cenário de interação, tudo concorre para que posições e poderes se mantenham inalterados. Nas palavras do autor:

A presença e a circulação de uma representação (ensinada como código da promoção sócio-econômica por pregadores, por educadores ou por vulgarizadores) não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários. É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização. (p. 40)

Essa antidisciplina, pode ser pensada em conjunto com a idéia de agência de grupos minoritários ou detentores de menor poder social, executada por Ortner (2007), pois o coletivo de mulheres indígenas acabam por encaminhar as relações de contatos interétnicas na cidade, demonstrando a capacidade de articulação interna e formação de rede de interação que objetivam a salvaguarda de um lugar social no urbano, onde possam atuar e executar tais projetos de composição de um lugar de atuação e conseqüente sucesso na comercialização do artesanato Kaingang.



Longe de ser um fechamento conclusivo, apresento aqui as reflexões sobre a atuação de mulheres Kaingang no urbano, a luz de um trabalho de campo não finalizado (e provavelmente nunca estará). A dinâmica dessa população indígena, demonstra deslocamentos frequentes, que as fazem atravessar fronteiras geográficas e sociais e ainda novas formulações de projetos de poder que alteram projetos culturais ainda maiores. A partir das novas práticas econômicas, incorporadas à vida do grupo Kaingang em decorrência da vinda para cidade, desenvolve-se claramente o protagonismo do feminino, principalmente no que diz respeito às negociações identitárias no urbano (onde cada uma delas representa o grupo como um todo, e talvez, mesmo a etnia) e a descobertas de novas possibilidades e papéis sociais, onde a agência dessas indígenas é a garantia.

Referências Bibliográficas

- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução: John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras – chave da antropologia transnacional. In: *Mana*, Rio de Janeiro, 1997, vol. 3 (1).
- ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- ORTNER, Sherry. **Poder e Projetos**: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar, ECKERT, Cornelia e FRY, Peter (Orgs). **Conferências e Diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Blumenau, Nova Letra, 2007, p. 45-80.